


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0008353-87.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins**
 Documento de Origem: **CF, OF, IP-Flagr. - 2716/2017 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 1425/2017 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos, 131/2017 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **VITOR HUGO SOUZA DE ABREU**

Réu Preso

Justiça Gratuita

Aos 12 de dezembro de 2017, às 13:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência da MMa. Juíza Substituta, Dra. **LETÍCIA LEMOS ROSSI**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como o réu **VITOR HUGO SOUZA DE ABREU**, devidamente escoltado, acompanhado da Dra. Amanda Grazielli Cassiano Diaz, Defensora Pública. Iniciados os trabalhos foi inquirida a testemunha de defesa Pablo Rodrigo Falcão Dias, em termo apartado. Concluída a instrução a MMa. Juíza determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao Dr. PROMOTOR:** MM. Juiz: O réu foi denunciado como incurso no artigo 33, “caput”, da Lei 11.343/06, uma vez que na ocasião trazia consigo várias porções de “crack”, maconha e cocaína, para fins de tráfico. A ação penal é procedente. Conquanto a negativa do acusado, o certo é que as versões dos policiais se apresentam com bastante coerência. Disseram que patrulhavam pelo local, que é conhecido como ponto de venda de droga, quando um carro se aproximou do réu e eles então procuraram fazer a abordagem, quando o Gol e o acusado se evadiram. Os dois policiais militares, Michel e Leandro (fls. 149/151) confirmaram em juízo o que disseram na polícia, ou seja, de que eles viram que na fuga o réu jogou uma sacola, objeto este que posteriormente foi recuperado, no qual estavam acondicionadas as diversas porções de “crack”, maconha e cocaína; disseram ainda que o motorista que se evadiu foi depois abordado e confessou que estava ali para comprar droga. É certo que este motorista foi ouvido nesta audiência e negou tal fato, mas, a negativa desta testemunha arrolada pela Defesa está inclusive em contradição com o que falou o próprio réu em seu interrogatório judicial. Ao ser interrogado em juízo, (fls. 147), o próprio réu disse que o carro que lá parou ia adquirir dois pinos de cocaína, carro este que o próprio réu falou em juízo que os policiais já saíram para aborda-lo. De qualquer forma, o ponto central da ação penal é o fato de o réu trazer consigo as drogas, para fins de mercancia, conduta esta principal, que ficou bem demonstrada, uma vez que os policiais confirmaram que as drogas estavam na bolsa, que eles viram o réu arremessar no chão, diante da aproximação da viatura. Não há motivos para se excluir estas versões, mesmo porque, em parte, elas foram até confirmadas pelo próprio réu, no ponto em que ele admite que o motorista do veículo parado ia adquirir drogas. A finalidade mercantil da droga fica evidenciada pela forma de acondicionamento, a diversidade e quantidade, além do próprio réu admitir que o motorista do Gol iria adquirir dois pinos, embora tenha se eximido da responsabilidade pela posse do entorpecentes. Isto posto, requiro a condenação do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

réu nos termos da denúncia. Não é o caso de se aplicar o redutor de pena do artigo 33 § 4º da Lei 11343/06. O entendimento jurisprudencial dominante é de que este redutor deve ser reservado aos principiantes no mundo do tráfico, o que não é o caso do acusado, que já foi preso em flagrante em fevereiro de 2016 por tráfico de drogas, inclusive condenado até por decisão do TJ, estando o processo com recurso especial para ser apreciado. Como ele vem se dedicando a pelo menos 2 anos ao tráfico, fazendo do mundo do crime o seu meio de vida, incabível o redutor de penas (fls. 95), além do que a diversidade e quantidade de drogas revela uma maior nocividade da conduta, sendo também um fator que desestimula o redutor de pena. Em razão de antecedentes já no tráfico e da própria natureza do crime, com prejuízo irreparável para a sociedade, o regime incompatível inicial deve ser o fechado. **Dada a palavra à DEFESA: MM.** Juiz: Adoto o relatório do Ministério Público. A Defesa requer seja a ação penal julgada improcedente, com fundamento no artigo 386, VII, do CPP. A pretensão condenatória do MP é alicerçada em circunstância chamada pela acusação de ponto central: o acusado supostamente possuiria drogas destinadas à mercancia. Contudo, tal afirmação foi feita por dois policiais militares que também narraram que a testemunha Pablo lhes teria dito que estava no local para comprar drogas e que inclusive iria adquirir os entorpecentes de Vitor. Como se pode ver, na presente audiência, tal afirmação foi completamente desmentida pela testemunha em questão, que narrou que havia várias pessoas no local (e não só o acusado), que todas saíram correndo, que não disse aos policiais que estava no local para comprar drogas (sendo que inclusive conhecia o miliciano de nome Leandro). Desta forma, o quanto produzido pela acusação em desfavor do réu não se sustenta, notadamente quando se relembra que milita em favor do acusado a presunção da inocência, de forma que somente prova robusta em sentido contrário à sua negativa seria capaz de infirmá-la. Porém, conforme já ressaltado, a prova acusatória não é coesa, não tendo sido capaz de afastar a presunção de inocência do réu. O acusado, em juízo, narrou que foi ao local para adquirir entorpecentes e com a chegada da viatura, os “meninos” que iriam lhe vender a droga saíram correndo, sendo que o acusado também saiu correndo porque estava cumprindo pena em regime aberto e os fatos foram de madrugada. Narrou que um carro que também ali estava saiu da mesma forma com a chegada da viatura. Esclareceu que não possuía droga consigo. A prova produzida pela acusação se limita ao depoimento dos policiais que atuaram na prisão do réu, não havendo testemunhos estranhos ao aparato estatal produzidos pela acusação. Em que pese o louvável trabalho efetuado pela instituição policial, em alguns casos é possível que exista uma tendência a se querer legitimar a prisão feita. No presente caso, como já ressaltado, as versões dos policiais não foram corroboradas pelo restante da prova. Ademais, os milicianos, na madrugada e na rapidez dos acontecimentos, podem ter visto outro indivíduo dispensar as drogas e possivelmente, como viram o acusado pelo local, entenderam ser ele quem havia a dispensado. Isto é factível, até mesmo porque os milicianos que narraram ter visto a dispensa da droga escolheram por ir atrás do automóvel e não da pessoa que havia dispensado os entorpecentes (fosse ela quem fosse). Desta forma e lembrando o princípio “in dubio pro reo” requer-se a absolvição de Vitor com alicerce no artigo 386, VII do CPP. Não sendo este o entendimento deve ser considerado que o acusado é formalmente primário, pois a condenação anterior que ostenta não transitou em julgado, de forma a ser ele presumidamente inocente em tal ação penal. Requer-se, na terceira fase da dosimetria, a aplicação do redutor do artigo 33§ 4º da Lei 11343/06, pois o acusado é formalmente primário e não há qualquer prova que se dedique a atividade criminosa ou que integre organização criminosa, não podendo tal juízo de valor ser feito com base em suposições ou com base na gravidade do delito. Conforme entendimento do STJ a quantidade ou diversidade dos entorpecentes não pode servir de óbice à aplicação da causa de diminuição em questão, podendo servir apenas para dosar o quantum da diminuição. Por derradeiro, considerando a primariedade formal do acusado, em caso de condenação, requer-se a imposição de regime inicial aberto e substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos. Em seguida o MM. Juiz proferiu a seguinte sentença:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

VISTOS. VITOR HUGO SOUZA DE ABREU (RG 71.585.219), com dados qualificativos nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 33, “caput”, da Lei 11.343/06, porque no dia 12 de setembro de 2017, por volta das 03h40, na Rua Guadalajara, Vila Bela Vista, nesta cidade e comarca, trazia consigo, em uma bolsa de viagem, para fins de mercancia, quarenta e três porções de cocaína, cento e vinte e quatro pedras de crack e sessenta porções de maconha, substâncias entorpecentes que determinam a dependência física e psíquica, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar. Consoante apurado, o denunciado decidiu levar a cabo comércio espúrio de drogas. De conseguinte, já na posse das unidades de estupefacientes acima mencionadas, devidamente separadas e acondicionadas em uma bolsa de viagem, ele se dirigiu ao local dos fatos, conhecido ponto de tráfico de drogas. E tanto isso é verdade que, policiais militares, em patrulhamento de rotina, avistaram um veículo WV/Gol, placas CYI-6314-São Carlos-SP se aproximar do denunciado em atitude suspeita, justificando abordagem. Contudo, ao perceberem a aproximação da viatura policial, o veículo supramencionado imprimiu velocidade e partiu em fuga, ao que o denunciado se desfez da bolsa que trazia consigo e também deixou o local em desabalada carreira. Não obstante, o réu foi logo detido pelos milicianos. Realizadas buscas, eles encontraram próximo dali a bolsa abandonada por ele, em cujo interior estavam acondicionadas as drogas acima descritas, justificando prisão em flagrante delito. O réu foi preso e autuado em flagrante, sendo esta prisão convertida em prisão preventiva (pags. 96/97). Expedida a notificação (pag. 119), o réu, através da Defensoria Pública, apresentou defesa preliminar (pag. 123/124). A denúncia foi recebida (pag. 125) e o réu foi citado (pag. 145 e 154). Durante a instrução o acusado foi interrogado e foram inquiridas três testemunhas de acusação e uma de defesa (fls. 155/162 e nesta audiência). Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação, nos termos da denúncia, enquanto que a Defesa requereu a absolvição por falta de provas. Subsidiariamente requereu, em caso de condenação, a aplicação do redutor do artigo 33, § 4º da Lei 11343/06, fixação de regime aberto e substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos. **É o relatório. DECIDO.** Atribui-se ao acusado a prática dos delitos previstos no artigo 33, “caput”, da Lei nº 11.343/06, assim porque trazia consigo, em uma bolsa de viagem, para fins de mercancia, 43 porções de cocaína, 124 pedras de crack e 60 porções de maconha, substâncias entorpecentes que determinam a dependência física e psíquica, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar. É incontroversa a materialidade do delito que vem comprovada nos laudos de exame químico-toxicológico de fls.44/46, 47/49 e 50/51, com resultado positivo para cocaína nos dois primeiros e apontando a substância Cannabis sativa L no último. A autoria também é certa. Conquanto o acusado afirme que é viciado em crack e que estava no local para comprar o entorpecente. Sua versão ficou isolada no conjunto probatório dos autos. O policial militar Leandro declarou em juízo que estava em patrulhamento próximo ao local que é uma “biqueira” quando o réu saiu correndo e dispensou um objeto. Com no local havia também um veículo Gol que se evadiu, optando o depoente por seguir o veículo, pois achava que era o abastecedor da “biqueira”, mas constatou que se tratava apenas de um viciado. Afirmou ainda que o réu foi encontrado na rua de cima pelo Sargento Adans e que quando foi verificar o que o acusado tinha dispensado encontrou uma bolsa pequena e dentro dela havia cocaína, maconha e crack. No mesmo sentido o depoimento do policial militar Michel que mencionou ter avistado um carro Gol parado próximo ao réu, que empreendeu fuga a pé com a aproximação da viatura, dispensando uma pequena bolsa tipo pochete. Inicialmente a opção foi por perseguir o veículo, mas nada de ilícito foi encontrado com o motorista que afirmou estar no local para comprar drogas. Asseverou que foi o Sargento Leandro quem recuperou a pochete e encontrou o entorpecente dentro dela. Por fim, o policial Gilberto Adans confirmou que recebeu solicitação dos policiais Leandro e Michel para encontrar o rapaz que tinha se evadido e se deparou com o réu que corria pela via pública, fazendo a sua abordagem. Como se vê, a versão deduzida pelo acusado foi frontalmente contrariada pelos policiais militares que participaram da diligência que



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

culminou na apreensão do entorpecente, não havendo qualquer motivo que levasse a uma incriminação abusiva. Outrossim, mesmo que a testemunha de defesa, o motorista do carro Gol, afirme que no local havia outras pessoas além do acusado, diferentemente do que constou do depoimento dos policiais, tal fato não é suficiente para infirmar a versão dos milicianos quando afirmam que presenciaram o acusado dispensando a droga. Registre-se que a versão da testemunha de que estava no local fortuitamente é contrariada pelo próprio depoimento do acusado que disse que o motorista estava no lugar para comprar droga. À míngua de elementos que pudessem desautorizar o testemunho dos policiais militares, não se pode presumir que estivessem animados do abjeto propósito de incriminar indevidamente inocentes, atribuindo-lhes a posse do entorpecente que foi efetivamente apreendido. Neste passo, cumpre dizer que ***"os servidores públicos, inclusive policiais, empossados que são após formal compromisso de bem e fielmente cumprirem seus deveres funcionais, têm, no desempenho de suas atuações, presunção de que agem corretamente, não se podendo ofensivamente presumir que os informes que, em testemunhos ou em documentos oficiais que oferecem a seus superiores e à justiça, sejam ideologicamente falsos, tendo por vil escopo inculpar inocentes"*** (in Código Penal e sua Interpretação Jurisprudencial, Alberto Silva Franco e Outros, 3ª ed., RT, p.1829). Ademais, ***"a simples condição de policial não torna a testemunha impedida ou suspeita"*** (STF, RTJ 68/54). E, ainda ***"é inaceitável a preconceituosa alegação de que o depoimento do policial deve ser recebido com reservas, porque parcial. O policial não está legalmente impedido de depor e o valor do depoimento prestado não pode ser sumariamente desprezado. Como todo e qualquer testemunho, deve ser avaliado no contexto de um exame global do quadro probatório"*** (RT 530/372). E, ainda: ***"Cabe salientar que é entendimento pacífico em nossa jurisprudência que os depoimentos de policiais não podem ser inquinados de parcialidade porque, constitucionalmente, são aptos, como qualquer cidadão, a prestar testemunho sob o compromisso da lei. De outra forma, seria incoerente negar a quem tem por função salvaguardar a ordem pública a prestação de contas de sua função, justamente quando a cumpre a contento. A suspeição somente se torna factível quando decorre de atos de parcialidade e motivado por vingança ou perseguição se comprovado de forma segura e objetiva. Não é suficiente a mera alegação por simplesmente serem os depoentes policiais"*** (Apelação nº 990.09.216746-4, TJSP, Rel. Salles Abreu). No caso, a atuação dos policiais mostrou-se incorreta, tendo o testemunho guardado absoluta harmonia, não se deduzindo nada que viesse concretamente macular o posicionamento dos milicianos, de modo a afastar a credibilidade sobre o que informado a este juízo. Por fim, considerando que o acusado é formalmente primário, pois conquanto condenado pelo delito de tráfico de drogas, não há ainda o trânsito em julgado do processo, e que não há provas de que se dedique com habitualidade à atividade ilícita, nem que integre organização criminosa, circunstâncias que não podem ser deduzidas simplesmente pela natureza e quantidade de entorpecente apreendido sem que haja prova efetiva dessas circunstâncias, possível o reconhecimento da forma privilegiada prevista no §4º do artigo 33 da Lei nº 11.343/06. Isto considerado, passo à dosagem da pena. Quanto ao crime do artigo 33, "caput", da Lei nº 11.343/06, considerando o disposto no artigo 42 da Lei nº 11.343/06 e artigo 59 do Código Penal, à vista da expressiva quantidade e qualidade do entorpecente apreendido (43 porções de cocaína – 31g; 124 pedras de crack – 23g; e 60 porções de maconha – 105g), possível a fixação da pena-base acima do mínimo legal em 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão e 583 (quinhentos e oitenta e três) dias-multa. Na segunda fase, não há atenuantes e agravantes a serem consideradas. Na terceira fase, incide a causa de diminuição de pena do §4º do artigo 33 da Lei nº 11.343/06, pois o réu é primário e não há provas de que se dedique com habitualidade à atividade ilícita, nem que integre organização criminosa. Entretanto, aplica-se o redutor de 1/3 da pena, fixando-se a pena definitiva em 3 (três) anos e 10 (dez) meses de reclusão e 358 (trezentos e cinquenta e oito) dias-multa, não merecendo o redutor máximo por serem negativas as circunstâncias da primeira fase (quantidade e qualidade do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

entorpecente apreendido). Ante o exposto e o que mais consta dos autos, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a pretensão acusatória para **CONDENAR VITOR HUGO SOUZA DE ABREU**, como incurso no **artigo 33, §4º, da Lei nº 11.343/06, à pena de 3 (três) anos e 10 (dez) meses de reclusão e 358 (trezentos e cinquenta e oito) dias-multa, no valor unitário mínimo**. Considerando as circunstâncias negativas na primeira fase, observando-se o artigo 42 da Lei nº 11.343/06, embora o acusado seja tecnicamente primário, a pena deve ser cumprida no **regime semiaberto**, nos termos dos artigos 33, §§ 2º e 3º, e 59 ambos do Código Penal, c.c. artigo 42 da Lei nº 11.343/06. Por fim, mostra-se incabível a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito, diante da falta do atendimento do pressuposto subjetivo, uma vez que desfavoráveis as circunstâncias do delito (artigo 44, III, do CP), em razão, especificamente, da quantidade e natureza do entorpecente apreendido. O réu não poderá recorrer em liberdade, porque se aguardou preso o julgamento, com maior razão deve assim permanecer, agora que está condenado, devendo ser recomendado na prisão em que se encontra. Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da Justiça Gratuita. Destruam-se os objetos apreendidos. Oportunamente, promova-se o registro da condenação definitiva no sistema informatizado da serventia, comunicando-se o Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt (I.I.R.G.D.). Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. **NADA MAIS.** Eu, Cassia Maria Mozaner Romano, digitei.

MM. Juiz(a):

Promotor(a):

Defensor(a):

Ré(u):